

24ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental - CT-GRSA

No dia dez de agosto de 2018, às 11h20 min, iniciou-se a parte aberta da 24ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), com abertura pelo representante do IEMA/ES, Thales Altoe, suplente da CT – GRSA, que prosseguiu com a pauta, conforme relatados a seguir. A reunião ocorreu no auditório Palácio Fonte Grande - Rua Sete de Setembro, nº 362 – Centro, Vitória/ES. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

1. Atualização dos andamentos do Estudo de Irrigação, cláusula 180 – Fundação Renova

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, iniciou com uma contextualização e apresentação de uma linha do tempo sobre a condução do estudo de identificação de todas áreas de irrigação afetadas ao longo do Rio Doce, considerando como área de estudo uma faixa marginal do Rio Doce com largura de 1km em cada margem, conforme preconizado na cláusula 180 do TTAC. A necessidade do estudo foi apresentada em mar/16 e em dez/16 foi protocolada a 1ª versão do estudo junto à CT-GRSA. Os órgãos apresentaram solicitações e sugestões de melhoria através de notas técnicas que culminaram na Deliberação nº 142, as quais foram incorporadas ao novo estudo. Foram comentadas as principais considerações implementadas, que abrange um escopo maior que o inicial.

Foram apresentados os objetivos do estudo, as ações propostas para cada etapa (1 a 3) e o cronograma com o prazo previsto para cada atividade. Informado o quantitativo dos levantamentos de campo, as considerações para as análises laboratoriais e os parâmetros físico-químicos do solo. Apresentado a evolução das ações relativas às áreas cultivadas irrigadas e os resultados alcançáveis pretendidos pela Fundação Renova. A Renova protocolará este relatório final junto à CT-GRSA no dia 27/08.

O representante da INCAPER, Sr. Aureliano, que participou da elaboração do Termo de Referência, se posicionou favorável a proposta de estudo apresentada pela Renova. Fez questionamento sobre os elementos químicos utilizados nos parâmetros físico-químicos do solo apresentado pela Renova, que foram esclarecidos a tempo. Informou que o estado do Espírito Santo publicou valores de referência de qualidade para os solos do Estado e solicitou que a Renova os utilize como referência nas análises do estudo. Thales Altoe, IEMA ES encaminhará estas informações para a Fundação Renova e também solicitou que a Renova encaminhe junto com o estudo as planilhas com os dados tabelados dos laudos laboratórios para facilitar a análise gráfica pelos órgãos ambientais.

2. Atualização dos andamentos do GT baixo Doce (Cláusula 164 e Clausula 165) – IEMA

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, iniciou com uma contextualização resgatando todo histórico das lagoas de Linhares/ES (audiências públicas de conciliação conduzidas pela SAMARCO, a decisão de construção dos barramentos para contenção do rejeito e os impactos destes durante período chuvoso 17/18). Foram comentadas as intervenções realizadas nos barramentos em função do alagamento decorrente das fortes chuvas 17/18 e as obras realizadas a fim de evitar que a águas do Rio Doce entrem em contato com as lagoas. Informada a definição judicial em construir os barramentos definitivos e a solicitação de um estudo geotécnico para aferir a estabilidade destes barramentos. Como tratativa ao alagamento das casas das famílias de Sooretama, foi realizada uma abertura do canal lateral ao barramento para escoar a água represada na lagoa, com vazão atual de 15 m³/s. Reforçada a atuação da Renova na região, identificando todos os problemas e tomando todas as ações possível principalmente no aspecto da segurança das pessoas atingidas. Associada às alternativas técnicas para aumentar a vazão de água do canal a Renova está elaborando um Plano de Ação junto a equipe da Defesa Civil dos municípios com definição de ações preventivas e de contingência para atendimentos social, proteção e remoção das famílias. A Deliberação 180 prevê a elaboração de um Plano de Contingência para o período chuvoso 2018/2019, com instalação de um sistema de monitoramento robusto e acompanhamento do nível das lagoas.

Inteirada as Deliberações 164 e 165 que estabelece a necessidade de que todas as questões pertinentes aos impactos ambientais, socioeconômicos e jurídicos causados pelos barramentos das lagoas do baixo Doce sejam incorporados ao TTAC e a necessidade de dar resposta à população sobre os possíveis danos ambientais percebidos na região deltaica do rio Doce e planície costeira, que culminou na elaboração de um Plano de Trabalho referente ao atendimento na região e del. 167 que estabelece diretrizes para execução de ações para mitigação dos impactos socioeconômico derivados da implantação da barreira no rio Pequeno e Lagoa Juparanã. Apresentado e comentado os resultados dos laudos de estabilidade dos barramentos provisórios instalados no Rio Bananal e Rio Pequeno. Informada as soluções técnicas que serão implementadas.

A representante do SEAMA, Margareth Saraiva, informou que o Governo do Estado está atento aos cumprimentos das del. 164, 165 e 167, ao que de fato foi impactado e as ações estruturantes propostas. O Estado decidiu pela implantação de um Gabinete de Crise para tratar o assunto dos barramentos, coordenado pela Secretária de Assistência Social que junto à Defesa Civil já iniciou as ações e atividades para evitar novos impactos sociais e ambientais. Através do CIF, o Ministério Público foi acionado e espera-se junto à sua assessoria técnica AECOM, analisar e definir as estratégias em atendimento as ações emergenciais, assegurar e tranquilizar a comunidade sobre estas tratativas.

A coordenação da CT, questionou qual a situação do ponto de vista ambiental, dos licenciamentos inerentes às soluções técnicas propostas pela Renova, como por exemplo as intervenções nos canais e como será este trâmite de aprovação junto aos órgãos ambientais frente às deliberações judiciais de execução. A representante do IEMA/ES Emília Brito, informou que este assunto está sendo conduzido e deferido diretamente pelo Juiz, suportado pelas análises e considerações técnicas dos órgãos ambientais do Espírito Santo. Toda intervenção técnica definida é previamente informada ao Judiciário do estado através de audiência, com acompanhamento de um perito contratado por este órgão para verificar a viabilidade das soluções apresentadas.

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, informou que internamente também foi instalado um Comitê de Crise que concentra todos os esforços para atender esta situação emergencial em menor tempo e com a melhor solução possível. Ressaltou que deverá ser tomado um cuidado por parte de todos para que não haja vazamento dos riscos atuais, de forma a não alarmar e causar pânico a população local. Após as conversas com o Governo do ES, a Renova convocará uma coletiva de imprensa para relatar o caso e informar posicionamento e ações.

Em referência aos licenciamentos necessários, a representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, comentou que no Plano de Ação de Sooretama, existe uma ação que prevê o fechamento de um bueiro para bombeamento da água e tratamento mais eficiente de limpeza do esgoto. Neste sentido pede uma intervenção dos órgãos presentes (a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sooretama ficou na dúvida sobre a necessidade de licenciamento para este caso) para esclarecer/orientar o município e acelerar a concessão de autorização para realizar esta tratativa proposta (não é necessário para esta intervenção, alteração de curso d'água e/ou de vazão) que percebe ser a mais assertiva e um ganho enorme para a comunidade de Sooretama.

Margareth do SEAMA, ratificou a preocupação da Secretária Municipal de Meio Ambiente de Sooretama, Srª Dolores, referente ao esgoto represado ser bombeado e lançado na lagoa. Gilberto Sipioni, IEMA/ES, sugeriu o município e oficialize a necessidade desta intervenção emergencial, que o órgão orientará que dado a situação emergencial o licenciamento não se fará necessário para este caso pontual em função do pequeno volume.

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, prosseguiu apresentando o status e os resultados do PMR piloto do ES e Termo de Referência, pontuando os dados de impacto e volume de rejeito que se depositou nas lagoas do ES. Apresentou o plano de ação que considerou os dados de cadastro revisado, plano de atendimento orientado (emergencial) e a estratégia para solução dos impactos com suas respectivas etapas e ações (cronograma detalhado).

A representante do IEMA/ES, Emília Brito, informou que em atendimento à del. 165, a Fundação Renova protocolou no dia 06/08 um ofício informando o andamento das ações propostas para esta deliberação. Em

função da priorização das ações da del.164, postergará para setembro/18 a reunião de posicionamento e alinhamento dos órgãos ambientais.

Em referência ao Plano de Trabalho estabelecido pela del. 164, a Fundação Renova se propõe a protocolar a versão final do documento na CT-GRSA tão logo as considerações e sugestões dadas pelos órgãos ambientais sejam incorporadas.

3. Plano de Manejo de Rejeitos trecho piloto das Lagoas – IEMA

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, apresentou follow up do PMR nos pontos de monitoramento das 5 lagoas (Juparanã, Nova, Monsarás, Pandolfi e Areal). O monitoramento leva em consideração os aspectos sociais da área afetada, os aspectos do meio físico químicos e os aspectos do meio biótico. A caracterização ambiental da área afetada considerou os limites legais adotados na Resolução CONAMA 357/05 e na Resolução CONAMA 454/12. Para este monitoramento foram utilizados os dados do PMQQS, do Programa de Conservação de Fauna e Flora Terrestre e do Programa de monitoramento fauna aquática emitidos pela empresa ECONSERVATION na época emergencial. Foi realizada uma descrição dos pontos amostrados e um detalhamento de todos os aspectos monitorados. Para caracterização do depósito de Rejeitos, foram feitos os transectos das lagoas e nos canais para estimar quantidade e caracterização química do material para identificar a espessura e concentração de rejeito. Apresentado os resultados da caracterização de cada lagoa, com maior volume de Rejeito depositado no Rio Bananal. A partir das modelagens realizadas, foram apresentadas as soluções técnicas e as alternativas de menor impacto para questões inerentes aos barramentos de cada lagoa.

A representante do IEMA/ES, Emília Brito, fez considerações sobre o estudo apresentado pela Fundação Renova para a Lagoa Nova e Juparanã. Estas observações serão apresentadas à Fundação Renova através de nota técnica. A reunião para alinhamento e apresentação destes pontos ficou agendada para o dia 29 de agosto de 2018. Cobrou o anexo contendo as ART's da equipe que elaborou esse capítulo do PMR e termo de referência.

O representante do IEMA/ES, Thales Altoe, propõe uma reunião no dia 29/08 (previsto) para discussão de tudo que precisa ser alinhado e melhorado no estudo a partir das observações e considerações dos órgãos ambientais. Solicitou que já seja alterado dentro do PMR o item que considera a alteração dos pontos captação de água do SAAE de Linhares/ES, por entender que inicialmente esta solução não seja factível, deve-se avaliar o impacto sob a captação e a qualidade de água onde ela está.

Gilberto, IEMA ES, informa que por diversas vezes já se discutiu com o SAAE de Linhares a possibilidade de alteração destes pontos de captação por parte da concessionária, mas não obteve nenhuma manifestação favorável em retirar a captação do Rio Pequeno. A priori, qualquer sugestão de mudança, já deve vir acompanhada de anuência pela concessionária, com embasamento das alternativas da engenharia. A Renova se posicionou, concordando com a retirada da recomendação desta mudança e continuará avaliando o impacto da forma como já acontece atualmente.

4. Apresentação do Termo de Referência para estudo de águas subterrâneas no baixo doce – Fundação Renova

O representante da Fundação Renova, Mateus Mol, apresentou em linhas gerais as diretrizes de um contrato que será realizado para atender os estudos sob demanda ao longo da bacia do Rio Doce. O objetivo principal é responder sobre uma demanda referente a atualização de um estudo realizado na época emergencial que desenvolveu um mapa potenciométrico de fluxo de água subterrânea, mas que inicialmente foi focado apenas no município de Linhares/ES. Este estudo refere-se as condições hidrogeológicas locais e regionais, conceitual e contextualização de como ocorreu a construção desta análise. Seu objetivo principal é a definição da dinâmica de fluxo da água subterrânea, sob a ótica do entendimento da relação das drenagens superficiais e oceano, com os aquíferos locais, para avaliar eventuais impactos nesses aquíferos, oriundos da passagem do rejeito proveniente do rompimento da barragem de Fundão. Estes estudos serão realizados nas regiões de 40 municípios cuja área é banhada pelos corpos hídricos impactados pela passagem do rejeito, além de 20 municípios da zona costeira, onde estima-se a extensão da pluma de rejeitos em ambiente marinho.

A coordenadora da CT, questionou se este contrato estaria contemplando as análises de água subterrânea para os estudos de Avaliação de Riscos à Saúde Humana e se caso positivo, como ocorrerá esta interface?

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, esclareceu que este estudo é sob demanda tendo um objetivo diferente dos estudos de avaliação de risco a saúde humana, focando em estudos para avaliar poços que possuem diversos usos para a água subterrânea (ações da CT-SHQA e ST-Saúde).

O representante do IEMA/ES, Thales Altoe, sugeriu que a Fundação Renova encaminhe nota respondendo aos ofícios do IEMA sobre este assunto, remetendo o cumprimento do item ao Programa de Avaliação de Riscos à Saúde Humana, posteriormente embarcado pela CT-GRSA.

5. Estudos de Risco no Espírito Santo – Fundação Renova

a) Risco a Saúde Humana

O representante da Fundação Renova, Pedro Ivo, apresentou os Estudos de Avaliação de Risco a Saúde Humana e Ecológico. Teceu comentários sobre o escopo do programa, pontuando o que será realizado em cada etapa. Fez referências à legislações e ferramentas utilizadas como premissa e informou a área que seja utilizada como piloto em MG, município de Gesteira e área Piloto em Linhares/ES – Comunidade do Areal.

A coordenação da CT, solicitou que os resultados do estudo de avaliação de riscos das regiões de MG não fossem apresentados, lembrando acordo anterior entre a FEAM e a Fundação Renova de que os resultados sejam analisados pela FEAM antes de serem apresentados pela Fundação Renova em qualquer fórum.

A respeito das informações referentes ao estado do ES, o representante do IEMA/ES, Thales Altoe, tendo o mesmo entendimento da SEMAD/FEAM, solicitou que a apresentação se restringisse apenas às informações relativas à caracterização da área de estudo, pontos de amostragem, parte de campo/execução, não cabendo neste momento expor nenhum dado analítico, antes da análise do estudo finalizado pelos técnicos do Espírito Santo.

b) Risco Ecológico

Devido ao horário, foi solicitado que não fosse apresentado a avaliação de risco ecológico.

6. Apresentação sobre o projeto de renaturalização dos trechos 6 e 7 do PMR e proposta de cronograma para coleta campo – Fundação Renova

O representante da Aplysia Soluções Ambientais, Fernando, apresentou o estudo de renaturalização piloto dos trechos 6 e 7 do PMR. Informou a delimitação e os objetivos deste projeto de restauração fluvial. Apresentou as ações propostas para o período e quais as ações serão realizadas em cada etapa. Apontou o desenho amostral e área a ser monitorada pré e pós instalação da técnica proposta (troncos e galhos de madeira). Apresentado o cronograma proposto, com previsão de entrega do relatório final para Nov. 2019. A Fundação Renova irá protocolar o cronograma de renaturalização dia 13/08 (segunda-feira) e solicita que os órgãos tentem avaliar a possibilidade de participarem do primeiro trabalho de campo em agosto/18, visando a implantação da proposição técnica até novembro de 2018. A pré-instalação/diagnóstico da campanha 1 está programada para 21/08.

Anderson, NAP/IBAMA, sugeriu adaptar a nomenclatura das etapas informadas na apresentação às etapas indicadas no cronograma. Pontuou que mais uma vez existe a necessidade que projetos apresentados na CT-GRSA sejam compartilhados em outras CTs. Solicita que seja pautado o assunto nas próximas reuniões da CT-Bio e CT-SHQA e que sejam encaminhadas cópias das pautas da reunião com o assunto pautado nestas CTs, à CT-GRSA para conhecimento.

7. Inclusão de pauta:

Em referência ao PMR – Trechos de 1 a 4 - Complexo de Germano, a coordenação comunicou que após as duas vistorias realizadas pela equipe da SEMAD e do IBAMA e após análise do documento, solicitará através de ofício nº 07/2018, informações complementares trechos do 1 a 4 para melhor embasamento da nota técnica – prazo de 10 dias úteis após recebimento do ofício, que será encaminhado hoje ainda.

O representante do NAP/IBAMA, Anderson Peixoto, pontuou que a CT-GRSA decidiu por solicitar a paralisação de todas as ações relacionados ao enriquecimento de vegetação nativa e plantio de espécies florestais na Área Ambiental 1 (2000 ha atingidos pela lama de rejeitos) até manifestação da CT-Flor ou CIF sobre os procedimentos de restauração florestal adotados pela Fundação Renova, uma vez que:

- A Fundação Renova vem realizando o plantio de espécies florestais no trecho 08 desde meados de 2017. Tal plantio foi constatado em vistorias realizadas por membros da CT-GRSA, bem como por membros da CT-Flor, no âmbito das Operações Águas e Watu. Segundo a Fundação Renova, o plantio se estendeu nos últimos meses para alguns pontos do trecho 07, o que ainda não foi verificado *in loco* pelos membros da CT-GRSA.
- O plantio de espécies florestais tem como fundamento a aprovação desta intervenção a partir do Plano de Manejo de Rejeitos. Entretanto, a Fundação Renova não seguiu corretamente o fluxograma e as orientações prévias que orientam a apresentação/aprovação da metodologia na CT-Flor, que define como deve ser realizado o plantio. Os projetos referentes à restauração florestal e plantio de espécies florestais trecho 08 foram protocolados recentemente na CT-GRSA, que encaminhou por meio do Ofício CT-Rejeitos 02/2018 para a CT-Flor.
- Conforme apresentação realizada por membros da CT-GRSA na reunião do mês de julho/18 da CT-Flor, há diversos assuntos que são debatidos no Plano de Manejo de Rejeitos que possuem interface entre as duas câmaras técnicas. Nesse sentido, torna-se relevante que certos temas necessitem da aprovação por parte da CT-Flor, o que ainda não ocorreu para o caso do plantio aqui relatado.

Define que a partir da data de lavramento desta 24ª CT Rejeito sejam paralisadas as atividades de plantios, até que sejam definidas as diretrizes e regras que serão estabelecidas como referência. A coordenação solicitou que os membros da CT presente manifestem sua concordância ou não sobre a decisão de paralisação das atividades de plantio. Todos os membros presentes da CT-GRSA se manifestaram favoravelmente a deliberação. O assunto será encaminhado na próxima reunião do CIF para validação da proposta e manifestação da CT-Flor

Não havendo mais nenhuma consideração e colocação por parte dos presentes, a coordenação da CT agradeceu a presença e participação de todos, e deu por encerrada a reunião às 17:00 horas.

ENCAMINHAMENTOS DA 24ª CT-GRSA

ITEM	AÇÃO	PRAZO	AÇÃO INTERNA OU EXTERNA?	RESPONSÁVEL
24.1	Protocolar o Estudo de Irrigação (Cláusula 180) na CT-GRSA, incluindo as planilhas com os dados tabelados dos laudos laboratórios para facilitar a análise gráfica pelos órgãos ambientais	27/08/2018	Externo	Juliana Bedoya/ Fundação Renova
24.2	Encaminhar nota respondendo aos ofícios do IEMA sobre o Termo de Referência para estudo de águas subterrâneas no baixo doce, remetendo o cumprimento do item ao Programa de Avaliação de Riscos à Saúde Humana.	20/08/2018	Externo	Juliana Bedoya/ Fundação Renova
24.3	Protocolar junto à CT-GRSA, os estudos das áreas piloto da Avaliação de Risco a Saúde Humana de MG e ES.	20/09/2018	Externo	Juliana Bedoya/ Fundação Renova
24.4	Protocolar junto à CT-GRSA o cronograma do Projeto de Renaturalização do PMR trechos 6 e 7	13/08/2018	Externo	Juliana Bedoya/ Fundação Renova
24.5	Realizar apresentação e protocolar documentação do Projeto de Renaturalização do PMR trechos 6 e 7 na CT-BIO e CT-SHQA.	Protocolar documentação junto as CTs e solicitar pauta na reunião até 31/08	Externo	Juliana Bedoya/ Fundação Renova
24.6	Paralisar as atividades de plantio de espécies florestais até que o assunto seja discutido na reunião do CIF de agosto/2018, visando que o CIF com respaldo da CT-Flor e CT-GRSA de um posicionamento institucional sobre o assunto.	-	Externo	Juliana Bedoya/ Fundação Renova
24.7	Encaminhar para Fundação Renova os valores de referência de qualidade do solo do Estado do Espírito Santo.	20/08/2018	Interno	Thales Altoe/IEMA ES

Aprovada:



Patrícia Rocha Maciel Fernandes
Coordenação da CT-GRSA